

350%.<sup>80</sup> A política de servidão aos interesses externos arrasara os nossos saldos em divisas, resultantes dos anos da Segunda Guerra Mundial: eles ascendiam, em fins de 1950, a 4.700 milhões de cruzeiros; estavam reduzidos a zero, em fins de 1951; e transformados em *déficit* superior a 1.000 milhões de cruzeiros, em junho de 1952.

No período que estudamos, verifica-se a ampliação cada vez maior da intervenção estatal na economia. Essa intervenção, que, a rigor, teve início em 1930, representava, em si, algo novo e significativo. Como, no referido período, com fases intercaladas de relativa liberdade política — entre 1930 e 1934, entre 1945 e 1950, mas principalmente entre 1961 e 1963 — o Estado permaneceu sob controle de forças conservadoras e até mesmo reacionárias, preservadoras das velhas estruturas, vinculadas, mais ou menos estreitamente, aos interesses externos, e sempre ao latifúndio, mas também servindo à burguesia, aquela intervenção se processava em favor de tais forças. Daí o método adotado, o da inflação, para operar a transferência de renda. Acontece que essa transferência, em parte do período, beneficiou a indústria e, conseqüentemente, a burguesia.<sup>81</sup> A partir de 1945, quando o período se aproximava do fim, em sua última fase, pois, tal intervenção expandiu-se consideravelmente e a ação normativa do Governo ganhou novas dimensões, pela legislação econômica. A receita do setor público assinala o papel crescente do Estado na captação de recursos: ela ascendeu, entre 1947 e 1954, de 31 a

<sup>80</sup> "As desigualdades no desenvolvimento brasileiro, de que a da industrialização é apenas um aspecto, aquele em que mais profundamente estão assinaladas as transformações operadas na estrutura econômica do país, encontram um quadro eloqüente no surto inflacionário cujo caráter crônico, peculiar a uma estrutura colonial, passa a agudo justamente na fase em que aquelas transformações se aceleram. (...) O declínio da moeda brasileira situou-se na fase que antecedeu a industrialização aqui; não houve, ainda aí, relação de causa e efeito: a desvalorização começou muito antes da industrialização. E assim aconteceu porque, por meios empíricos, os economistas brasileiros já haviam descoberto que a inflação é um método que permite atuar na lei do valor. Utilizavam-no sempre que necessário para manter elevada a exploração do trabalho. Respondiam à baixa no preço externo dos produtos da exportação com a manutenção do preço interno deles, mantendo e defendendo a renda dos grupos vinculados à exportação, à custa da elevação dos preços em moeda nacional, à custa da desvalorização da moeda, da redução de seu poder aquisitivo. A crônica inflação, aqui, refletia a conjugação entre o latifúndio e o colonialismo econômico. Esta conjugação antecede no Brasil, e em muito, o surto industrial". (Nelson Werneck Sodré: *Formação Histórica do Brasil*, 7ª edição, São Paulo, 1971, p. 364).

<sup>81</sup> "A crise do comércio exterior criou indiretamente, para as atividades ligadas ao mercado interno, uma situação privilegiada. A redução da capacidade de importar obrigou as indústrias complementares das importações a economizar ou substituir insumos importados. O alto custo e a inexistência de peças importadas acicatou o engenho de mecânicos e engenheiros locais. Tudo isso é perfeitamente evidente. Houve, entretanto, mais do que isso. A crise do comércio exterior afetou gravemente as fontes tradicionais de financiamento do Estado, obrigando este a escapar pelos incertos caminhos da inflação. Ora, a inflação significava maior rentabilidade para as indústrias ligadas ao mercado interno, ou seja, uma proteção adicional contra as importações, cujos preços relativos se elevavam em consequência da depreciação da moeda nacional". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 23).